



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 22/06/17

Conceição de Maria Lage Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Edson
Simão
para relatar.

Em 22/06/17

Presidente Comissão de Constituição e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 21, DE 22 DE MAIO DE 2017, ENCAMINHADO ATRAVÉS DA MENSAGEM Nº. 26/GG.

ALTERA A LEI Nº 6.146, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIFERIMENTO E DE CRÉDITO PRESUMIDO DO ICMS PARA ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E AGROINDUSTRIAIS DO ESTADO DO PIAUÍ – FUNDIPI; A LEI Nº 4.257, DE 06 DE JANEIRO DE 1989, QUE DISCIPLINA A COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO – ICMS; E A LEI Nº 6.949, DE 11 DE JANEIRO DE 2017, QUE REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO, DISPÕES SOBRE A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, DISCIPLINA A CONSULTA À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS PAGOS INDEVIDAMENTE.

RELATOR: Deputado EDSON FERREIRA

1 – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Exmo. Senhor Governador do Estado, Wellington Dias, que visa alterar dispositivos das Leis estaduais nº 6.146/2011, 4.257/1989 e 6.949/2017.

Em sua justificativa o autor assevera que a presente proposição irá proporcionar mais incentivos e atração de investimentos nos setores industriais, agroindustriais e de energia eólica e solar no Estado, nesse caso, mediante as alterações realizadas na Lei nº 6.146/11.

Em relação as alterações realizadas nas Leis nº 4.257/89 e 6.949/17, o objetivo é assegurar a melhoria da arrecadação e da fiscalização tributária, assim como promover o permanente combate à sonegação, permitindo a adoção de medidas necessárias à proteção e o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Eis o relatório.



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2 – VOTO DO RELATOR

Sendo assim, passo a emitir parecer conforme determina os artigos 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa.

Como se pode vê, o caso ora em análise pretende apenas aperfeiçoar dispositivos das sobreditas leis estaduais para ajustá-los dentro do seu ordenamento jurídico, tendo em conta, ainda, o interesse público.

Logo, verifico que a iniciativa dessa proposição ocorreu em conformidade com o art. 75 da Constituição Estadual, não havendo, portanto, vício de iniciativa.

Por fim ressalto não ter encontrado inobservância aos princípios constitucionais previstos na CF/88.

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação dessa proposição, em razão de sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Este é o meu parecer.

3 – PARECER DA COMISSÃO

Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.

Em discussão, em votação:

- a) Pela aprovação
- b) Pela rejeição

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.
Teresina, 26 de junho de 2017.

Deputado **EDSON FERREIRA**
Relator

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 27/06/17
Presidente da Comissão de
<i>Justiça</i>